

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA**  
3 **DEZENOVE DE JANEIRO DE 2017, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**  
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-SEMDESC. HORÁRIO: 13h30min.**  
5 **QUÓRUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): **Dener Saldanha**  
6 **Matos** (representante do governo – SEMDESC); **Clarice José Pires** (representante da sociedade  
7 civil – APAE); **Marli Rodrigues Xavier Brito** (representante da sociedade civil – Abrigo Frei  
8 Anselmo); **Lucidalva Barreto dos Santos** (representante da sociedade civil – Assistentes Sociais -  
9 titular); **Nilma Vieira de Jesus** (representante da sociedade civil – Natal Justino da Costa - titular);  
10 **Ilma Costa Marques** (representante da sociedade civil – Natal Justino da Costa – suplente);  
11 **Rosilene Cordeiro Máximo** (representante da sociedade civil – Associação Mão Amiga); **Severina**  
12 **Alda de Aguiar** (representante da sociedade civil - Assistentes Sociais - suplente); **Júnia Gracielle**  
13 **Mendes Ribeiro** (representante do governo – Secretaria Municipal de Saúde - SESAU); **Neuzira**  
14 **Cardoso Otoni** (representante da sociedade civil – Psicólogos - titular); e **Simone Silva Camargo**  
15 **Ferreira** (representante da sociedade civil – Psicólogos - suplente). Presentes ainda, Cláudia Maria  
16 de Oliveira, Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania, e Isabel Aparecida Cruz  
17 Randi, técnica da SEMDESC. A vice presidente Lucidalva iniciou a reunião cumprimentando a  
18 todos, solicitando que os presentes se apresentassem a nova gestora. Cláudia se apresentou  
19 destacando a necessidade de trabalho conjunto entre a gestão e o CMAS para resgate e  
20 desenvolvimento da política de assistência social que vem de um processo de precarização.  
21 Lucidalva também ressaltou a parceria e o papel do Conselho na construção da política. Sendo  
22 informado que a recomposição do CMAS através da indicação de representantes do governo foi  
23 providenciada através do envio de ofício ao Gabinete, solicitando as indicações. Severina Alda  
24 falou da necessidade de reativação dos conselhos ligados à área social que estariam inativos, que  
25 além de prejudicar o desenvolvimento dos serviços, sobrecarregam o CMAS que por vezes vê-se  
26 obrigado a deliberar em situações de urgência. Falou ainda da observância do perfil do secretário  
27 executivo dos Conselhos, que deverá ser um profissional apto a assumir as demandas dos mesmos.  
28 Em seguida discutiu-se sobre a diretoria do CMAS que após a recomposição deverá ocorrer uma  
29 nova eleição. Em informes gerais, Severina Alda solicitou a palavra informando acerca de denúncia  
30 no Disque 100 de impropriedades nas Casas Lares. Falou que deverá acontecer audiência no  
31 próximo dia 24. Clarice questionou se teria sido aberto processo administrativo. Cláudia explicou  
32 que não houve nenhuma ação neste sentido e que a administração agora deverá aguardar o  
33 desenrolar do processo para fins de garantir a manutenção do serviço e o bem estar dos acolhidos,  
34 no entanto, o processo judicial extrapolou a possibilidade de qualquer ato administrativo. Severina  
35 Alda destacou os prejuízos acarretados ao serviço, o quanto o processo de denúncia incidiu  
36 negativamente nos acolhidos. Lucidalva ressaltou a necessidade de reorganização dos serviços, pois

37 os problemas das Casas Lares refletem uma situação precária de todos os equipamentos. Cláudia  
38 pontuou o déficit de profissionais. Que esta sendo estudada a situação, no entanto sem uma queda  
39 no gasto com folha de pagamento a administração não poderá convocar profissionais para recompor  
40 os quadros. E que a previsão seria o mês de abril, uma vez que a administração atual está saldando  
41 folhas de pagamento referentes ao ano passado. A gravidade da situação vai além da deficiência de  
42 profissionais, pois as condições logísticas de funcionamento também são bastante precárias.  
43 Informou que o CRAS Pólo 1 estaria a duas semanas atendendo dentro do órgão gestor, uma vez  
44 que o imóvel onde funciona teve a energia elétrica cortada, mas que a situação seria provisória e  
45 estariam sendo tomadas as providências. Informou que existe ainda a intenção de enviar projetos de  
46 lei para a Câmara Municipal organizando os serviços, criando a lei municipal do SUAS e específica  
47 das Casas Lares. Lucidalva questionou quanto às providências com relação ao funcionamento do  
48 CRAS Pólo 1, uma vez que imóvel estaria muito aquém da necessidade do equipamento. Cláudia  
49 informou que existe proposta de realocação do CRAS Pólo 1, juntamente com a SEMDESC e o  
50 Cadastro Único para o endereço do CPPT/Sine, que será realocado para outro imóvel. Mas que o  
51 engenheiro estaria elaborando projeto de forma a destinar entradas independentes aos órgãos em  
52 questão. Lucidalva também solicitou informações quanto ao funcionamento da Cozinha e Padaria  
53 Comunitária do Bairro Santa Luzia. Cláudia esclareceu que foi feito um aditivo de três meses do  
54 contrato com a empresa prestadora de serviço no final do ano passado, e que assim durante este  
55 período será levantada a demanda de atendimento do cartão alimentação junto aos CRASs e se for  
56 necessária abrir-se-á uma nova licitação. Logo após Clarice colocou a demanda do transporte  
57 coletivo, uma vez que a empresa não estaria atendendo a necessidade da população. Cláudia  
58 informou que a administração, através da Procuradoria Jurídica, estaria estudando o instrumento de  
59 prestação de serviço formalizado com a empresa licitada, para buscar solucionar o problema, que de  
60 fato estaria afetando a população, especialmente idosos e pessoas com deficiência. Marli questionou  
61 a manutenção do Benefício Eventual de Auxílio Funeral. Cláudia informou que o benefício estaria  
62 sendo concedido normalmente. Em seguida, Cláudia colocou a situação dos benefícios eventuais, os  
63 quais estariam sendo entregues no órgão gestor, o que entretanto, causa muitas dificuldades ao  
64 usuário. Após discussões foi colocada a proposta de alteração das resoluções que tratam dos  
65 benefícios eventuais, determinando a entrega dos mesmos em domicílio do usuário, no caso do  
66 Benefício Eventual de Auxílio Natalidade e de Vulnerabilidade Temporária (cesta básica), e no  
67 próprio CREAS, no caso do Benefício Eventual de Passagem Rodoviária, e no próprio CRAS, no  
68 caso do Benefício Eventual de Auxílio Funeral. Sendo a mesma foi aprovada da seguinte forma:  
69 Lucidalva (aprovou), Rosilene (aprovou), Dener (aprovou), Marli (aprovou), Neuzira (aprovou),  
70 Júnia (aprovou), e Clarice (aprovou). Nada mais havendo a tratar, a vice presidente encerrou a  
71 reunião, e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei esta ata que será lida e aprovada por todos os  
72 presentes. **ENCERRAMENTO: 15h55min.**

